



AMBIENTE

A “outra emergência”: jovens ambientalistas exigem “recuperação sustentável pós covid-19”

Numa carta aberta, centenas de jovens portugueses tentam chamar a atenção para a outra crise a “acontecer em paralelo” com a pandemia provocada pelo novo coronavírus. As alterações climáticas não desapareceram e eles exigem uma “recuperação sustentável pós covid-19”. Têm encontro marcado com o Ministério do Ambiente na próxima semana.

Renata Monteiro

6 de Maio de 2020, 8:11

Passada a primeira vaga da crise da covid-19, centenas de jovens portugueses tentam chamar a atenção para uma outra crise a “acontecer em paralelo” — e ainda longe de estar sob controlo. Numa carta aberta, o movimento Lidera aponta uma possível direcção “para uma recuperação sustentável pós covid-19”, desde a criação de empregos verdes à preservação de ecossistemas e ao fim dos subsídios aos combustíveis fósseis. “Não podemos esperar mais”, escreve o grupo formado por jovens cientistas, empreendedores, activistas, dirigentes educativos, deputados.



Têm reunião marcada no Ministério do Ambiente, na próxima quarta-feira, 13 de Maio, às 10h. “Os últimos relatórios para a saúde a nível global da Organização Mundial de Saúde (OMS) e sobre os maiores riscos económicos globais (WEF), lançados antes da pandemia, têm duas coisas em comum: alterações climáticas e doenças infecciosas. E nunca iremos ter uma vacina para as alterações climáticas”, diz Catarina Alves, porta-voz da iniciativa. “Ou esta vai ser a altura certa para tomar as medidas capazes de trazer a mudança que necessitamos, ou então a covid-19 será a desculpa perfeita para desistir de objectivos que tínhamos delineados.”

Eles estão decididos a exigir a primeira opção. E se antes dos estados de emergência a palavra de ordem nos cartazes era “revolução verde”, agora os activistas pelo clima e pela sustentabilidade ambiental querem falar de “recuperação verde”. “Se nada mudarmos, para além do risco de crises epidémicas ser cada vez maior, o número de fenómenos meteorológicos extremos continuará a aumentar e **os solos tornar-se-ão cada vez menos férteis, num mundo que espera vir a receber mais 26% de pessoas até 2050**”, escrevem na carta que conta com mais de 500 assinantes, dando um exemplo da **realidade portuguesa**: “Fogos como os de 2017 serão mais comuns e o nível das águas do mar continuará a aumentar, algo especialmente relevante para Portugal, onde a maioria da população vive no litoral. E tudo isto abalará milhares de milhões de vidas, a nossa saúde e a economia global. Tal como o novo coronavírus.”

A associação Zero, a eurodeputada Maria Manuel Leitão Marques e **Viriato Soromenho-Marques, catedrático de Filosofia da Universidade de Lisboa e uma das vozes que há mais tempo vem alertando para as alterações climáticas**, são alguns dos apoiantes da proposta que previam enviar ao primeiro-ministro e ao Presidente da República.

O **movimento Lidera**, que se descreve como “uma comunidade de jovens que querem efectivar a transição de Portugal para uma sociedade sustentável do ponto de vista social e climático”, trabalha de forma a “informar, preparar e conectar líderes” no combate às alterações climáticas. Arrancaram em Janeiro de 2020, um início simbólico de uma **“década pelo clima” que tinha a crise climática como maior ameaça**. Pelo menos, até a OMS decretar uma pandemia global. Com milhões de pessoas fechadas em casa, muitas das notícias sobre alterações climáticas começaram a focar-se no **regresso dos animais selvagens às cidades**, na quebra de emissões de dióxido de carbono e na diminuição da poluição atmosférica.

“Tínhamos receio que isso transmitisse à população que o problema já estava resolvido e que tinha de deixar de ser um foco”, diz Catarina Alves, justificando a escolha do momento para a publicação da carta. “Não quer dizer que, para resolvermos as questões do ambiente, temos de nos fechar em casa, tem de haver desemprego, tem de haver mortes e mais desigualdade social, quando **o combate às alterações climáticas é exactamente o contrário**. O combate às alterações climáticas é uma questão social porque afecta a vida de todos nós.”

Na carta divulgada durante o fim-de-semana, propõem um regresso a uma “nova normalidade” assente em quatro pilares. “Numa altura em que o Estado terá de injectar dinheiro de todos no sector privado, deveremos exigir dessas empresas contrapartidas que



garantam a sua transição energética e uma maior eficiência no uso de recursos”, escrevem, acrescentando que o “Estado deve eliminar subsídios aos combustíveis fósseis” e aplicar o princípio de poluidor-pagador.

Investir em mais e melhores transportes colectivos electrificados; considerar os impactos sociais e ambientais nas decisões de investimento; criar empregos verdes; favorecer a economia circular, preservar os ecossistemas que sequestram e armazenam carbono natural e ensinar o desenvolvimento sustentável “de forma transversal em todas as áreas do ensino superior” são outras das propostas “para garantir uma transição justa, que não deixe ninguém para trás”.

ataner.nomoriet@ocilbup.tp